

ANC p6

O governo acabou 20 MAR 1988

JOSÉ NÉUMANNE PINTO

"Um espírito de tumulto e desordem se evidenciou em atitudes de perturbação da ordem pública e insurreição, o que terminou por exigir a ação de força militar em apoio à Justiça: o engenho empregado para excitar o descontentamento sob vários pretextos, em diferentes partes do Reino, pareceu sempre dirigido à destruição de nossa ótima Constituição e à subversão de toda a ordem e o governo; e tal desígnio tem sido evidentemente praticado em conexão e concerto com pessoas de países estrangeiros."

As crônicas parlamentares de Westminster guardam, com zelo, estas palavras, com as quais o rei Jorge III abriu, em 13 de dezembro de 1792, às 3 horas da tarde, a sessão conjunta das Casas dos Lordes e dos Comuns. A fala do trono, não recuperado então de uma derrota militar decisiva historicamente, carrega presságios importantes, mas também marca a definitiva afirmação da democracia parlamentarista em seu modelo original e mais aperfeiçoado, o britânico. A vitória militar das colônias americanas, a personalidade e o talento de políticos civis como Charles James Fox e William Pitt e a crise com a França, que também acabaria em guerra, minaram as intenções personalistas do rei da Inglaterra e deram à elite civil reunida no Parlamento a oportunidade definitiva de se firmar no poder.

Como Jorge III, José Sarney também perdeu suas ilusões personalistas na derrota que vem experimentando no violento corpo a corpo com a inflação. Como o Reino Unido no fim do século XVIII, o Brasil enfrenta hoje os efeitos acumulados da desordem e do descontentamento. E, apesar de faltarem no Parlamento nacional estadistas do porte de North, Bute, Newcastle, Fox ou Pitt, cresce a corrente daqueles que crêem ser este o momento adequado para quebrar definitivamente o caráter personalístico da monarquia presidencialista, implantando um regime de governo parlamentar. A fala do trono

do neto de Jorge II já foi, de seu lado, inúmeras vezes traduzida, de várias formas, pelo presidente-escriva-comunicador.

Infelizmente o Brasil não é o país próspero que o filho do príncipe de Gales Frederico Luís herdou do avô, mas felizmente não brilha nas proximidades de nossos mares o fulgor aventureiro e voluntarista de um vizinho incômodo como Napoleão Bonaparte. O Plano Cruzado foi apenas uma ilusão fugaz de prosperidade e a América Espanhola permanece atolada no mesmo pantano em que nos afogamos. E, justiça seja feita a Sarney, o londrino reinou durante 60 anos e o maranhense quer governar apenas cinco, se a Constituinte permitir — o que parece até viável, desde que se permita aos 559 congressistas o direito de também mandar. O parlamentarismo brasileiro nasce assim de uma espécie de venda da alma ao demônio por muito menos do que 30 moedas.

E, já que as fadas de Sarney ao pé do rádio têm repetido tantas vezes as preocupações de Jorge III, talvez seja conveniente citar velhas palavras de Charles James Fox aos negociadores da Constituinte brasileira. Naquela distante quinta-feira de 1792, na qual o rei preparou o espírito de lordes e comuns para a inevitável guerra à França pós-revolucionária, Fox advertiu a seus pares: "Eu declaro ser de minha opinião que estamos reunidos durante uma crise grave, não só por tudo o que aprendi sobre o destino deste país, mas também por tudo quanto já li da história deste país; esta é uma crise que não interfere apenas em nós mesmos e em nossas próprias condições, mas em todas as nações e todos os homens; e da conduta do Parlamento nesta crise depende não apenas o destino da Constituição britânica, mas das doutrinas que procuram a felicidade e o bem-estar de todo o gênero humano".

A complicada negociação do sistema de governo e da duração do mandato de Sarney está funcionando possivelmente como uma viseira para os nobres membros do Parlamento nacional. O

próprio presidente, que tanto vive a agnatar com a preocupação do trono sobre a gravidade do momento atual, repetindo Jorge III, parece não ter percebido o alcance da solução constitucional, muito bem definida pelo estadista e orador londrino nos estertores do século XVIII.

O tumulto e a desordem política em que mergulhamos alterou a visão da elite política de tal forma que se transformou uma disposição transitória num cavalo de batalha e um regime de governo num dado atirado à mesa, ou melhor, numa carta de baralho com a qual se blefa ou se negocia. Na verdade, a duração do mandato de Sarney não é tão transcendente assim e parlamentarismo ou presidencialismo não pode ser uma mera ficha a ser adicionada ao cacife de um ou de vários jogadores.

A dura e crua verdade é que, dure quatro, cinco ou seis anos, o governo Sarney já acabou e não vai ser a decisão da Constituinte de realizar eleições agora ou no ano de 1990 que vai alterar de forma definitiva o ritmo e o rumo da transição para a democracia. A crise real do Brasil é causada, contudo, não pela agonia lenta, mas inexorável, do governo atual, mas pela falta completa de alternativa para sua substituição pela via eleitoral, a única que a sociedade brasileira aceita.

Então, se a Constituinte quer mesmo cumprir seu papel, deve resolver rápida e definitivamente estas questões, menores, agigantadas pela distorção de visão provocada pela própria crise, e partir para o interesse substantivo da Nação, que é a busca concreta de alternativas políticas para o impasse do momento, para que não se continue excitando, como está, o espírito aventureiro das eternas vivandeiras de quartel. Sarney não é Jorge III nem reinará por meio século. Em vez de perder tempo precioso — e já se gastou demais — com as exéquias de um governo moribundo, a responsabilidade da elite política nacional é garantir um bom parto para o nascituro que o sucederá.

ESTADO DE SÃO PAULO